



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental – SURAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Supram Sul de Minas

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0358459/2019			
PA COPAM Nº: 01821/2015/002/2019		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas		CNPJ: 17.954.546/0001-84	
EMPREENDIMENTO: Município de São Vicente de Minas – Usina de Triagem de Resíduos Sólidos		CNPJ: 17.954.546/0001-84	
MUNICÍPIO: São Vicente de Minas		ZONA: rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
E-03-07-9	Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos	2	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO		REGISTRO	
Engenheira Sanitarista e Ambiental Fernanda Dilascio de Oliveira Geógrafo Ygor Azevedo Soares de Souza		CREA 233690 CREA 236070	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Jandyra Luz Teixeira Analista Ambiental - Geógrafa		1150868-6	
De acordo: Fernando Baliani da Silva Diretor Regional de Regularização Ambiental		1374348-9	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº. 0358459/2019

A Prefeitura de São Vicente de Minas opera uma unidade de triagem de recicláveis, situada na rodovia São Vicente de Minas a Madre de Deus de Minas, km 01, zona rural do município, próximo ao Parque de Exposições. Em 11/06/2019 formalizou na Supram Sul de Minas o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado sob nº. 01821/2015/002/2019.

O empreendimento teve sua atividade iniciada em 2011, operando mediante AAF – PA n. 1821/2015/001/2015, com validade até 29/06/2019. Possui potencial poluidor médio e porte pequeno, sendo enquadrado como Classe 2. Em cumprimento à DN 2017/2017, Art. 19, tem vedado seu licenciamento mediante LAS/Cadastro, sendo automaticamente reorientado para LAS/RAS.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS tem-se a geração de efluentes líquidos, resíduos sólidos e odor.

São gerados efluentes sanitários nos banheiros e refeitório e na limpeza de pátio, na ordem de 5 m³/mês, que seguem para tratamento em um sistema composto por fossa séptica com lançamento final em sumidouro.

O rejeito do transbordo, com geração média de 120 m³/mês, é separado e enviado ao aterro sanitário Vital Engenharias de Juiz de Fora/MG. Os recicláveis, cerca de 7 t/mês, são enviados para o leilão no Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes - CIGEDAS Vertentes.

A dispersão do odor gerado na compostagem é mitigada com a implantação de uma cerca viva no perímetro do empreendimento.

O fornecimento de água é feito pela concessionária local.

Foi apresentado o CAR da propriedade, com sua respectiva Reserva Legal devidamente delimitada.

Ressalta-se que este parecer técnico não autoriza qualquer intervenção em APP e/ou supressão de vegetação nativa.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), **sugere-se a concessão** da Licença Ambiental Simplificada para o empreendedor **Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas**, para a atividade de **“E-03-07-9 - Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos”** no município de **São Vicente de Minas**, pelo **prazo de 10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para LAS de Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas – Usina de Triagem de Recicláveis.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

*** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento para LAS de Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas – Usina de Triagem de Recicláveis

1. Resíduos Sólidos

Relatório: Enviar anualmente à Supram Sul de Minas, **até o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental**, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento Ambiental		
									Nº processo	Data da validade	

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial.

- | | |
|-----------------------|---|
| 1- Reutilização | 6 - Coprocessamento |
| 2 – Reciclagem | 7 - Aplicação no solo |
| 3 - Aterro sanitário | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar) |
| 5 - Incineração | |

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº. 307/2002 e nº. 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.